

**“TUDO ME DEIXA DESESPERANÇOSA”: ou, como
repensar as relações generificadas no campo da
Comunicação ¹**
**“EVERYTHING LEAVES ME HOPELESS”: or, how to rethink
gendered relationships in the field of Communication.**

Milena Freire de OLIVEIRA-CRUZ ²

Andrey Gabriel Souza da CRUZ³

Emilly Vargas WACHT⁴

Resumo: Este artigo investiga desigualdades de gênero no campo científico da Comunicação no Brasil, focando nas trajetórias de pesquisadoras em formação. A partir do acionamento de metáforas como "teto de vidro", "paredes de fogo", "solo pegajoso" e "academia sem paredes", discute-se como barreiras invisíveis e dinâmicas de gênero atravessam a carreira acadêmica de mulheres em diferentes níveis. Metodologicamente, a pesquisa analisa dados de um questionário aplicado a 261 pós-graduandas em 2025, tensionando indicadores quantitativos com narrativas sobre as condições de permanência e progressão de pós-graduandas em todo Brasil. Os resultados demonstram que, embora mulheres sejam maioria no campo, enfrentam mecanismos sutis de exclusão, que inibem a ascensão e sustentam uma lógica produtivista que privilegia homens no fazer científico. Conclui-se a necessidade de políticas institucionais que deem visibilidade a esses processos e promovam condições equânimes entre pesquisadoras e pesquisadores.

Palavras-Chave: 1. Gênero 2. Comunicação 3. Pós-Graduação 3. Desigualdade

Abstract: This article investigates gender inequalities within the scientific field of Communication in Brazil, focusing on the trajectories of early-career researchers. By employing metaphors such as the "glass ceiling", "firewalls," "sticky floor" and "academy without walls" it discusses how invisible barriers and gender dynamics intersect women's academic careers at various levels. Methodologically, the study analyzes data from a questionnaire administered to 261 graduate students in 2025, contrasting quantitative indicators with narratives regarding the conditions for persistence and progression of female graduate students across Brazil. The results suggest that, although women are numerically significant in academia, they face subtle mechanisms of exclusion, hindered advancement, and a productivist logic that privileges men in both scientific practice and academic survival. It concludes by emphasizing the need for institutional policies that provide visibility to these processes and promote equitable conditions between female and male researchers.

Keywords: 1. Gender 2. Communication 3. Postgraduate Studies 3. Inequality

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Doutora em Comunicação. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. email: milena.freire@ufsm.br

³ Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); email: andrey.cruz@acad.ufsm.br. Bolsista CAPES.

⁴ Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). e-mail: emilly.wacht@acad.ufsm.br

1. Introdução

*A ligação entre palavras e coisas é estranha:
existem coisas que nós nomeamos e que não são.
Há coisas que não são e não tem nome.
Existem coisas que são mas não existem.
Há coisas que não são e tem nome.
Há coisas que são mas que não tem o nome que é necessário.
Há coisas que são e não receberam nomes.
O nome das coisas - Lígia Souza, 2019*

Na operação do sistema patriarcal, existe uma parte de seu mecanismo que se sustenta a partir dos não ditos, daquilo que é introjetado como norma, ou como valor, de forma silenciosa. Se localiza no modo como se estabelecem as regras não escritas, os acordos implícitos, as relações hierárquicas e os valores que pressupõem quem pode falar e ocupar determinados espaços. O campo acadêmico tem sua origem e seu funcionamento alicerçados em uma cultura masculinista, que baliza o que é reconhecido como ciência, quais seus modos de construção e validação e que vozes tem respaldo para serem ouvidas. Aquilo que se apresenta como pressuposto, por isso mais difícil de ser explicitado, azeita engrenagens muito sofisticadas e dão estrutura para as normas explícitas, baseadas em critérios quantitativos e meritocráticos, que desconsideram os atravessamentos da vida pessoal e profissional dos agentes, privilegiando aqueles que historicamente dispõem de mais tempo e de respaldo social e institucional para manifestar e validar suas escolhas.

Há cinco anos empreendemos esforços para compreender como se estabelecem as desigualdades de gênero no subcampo científico da Comunicação no Brasil. Em consonância com investigações anteriores, o estudo parte da compreensão de que a ciência é uma construção social situada, atravessada por relações de poder, hierarquias simbólicas e dinâmicas generificadas que estruturam o próprio campo científico (VELHO; LEÓN, 1998).

A partir de levantamentos quantitativos, fizemos mapeamentos que nos possibilitaram observar que, embora estatisticamente as mulheres ocupem a maior parte dos bancos escolares e também sejam maioria e o corpo docente dos Programas de Pós-Graduação, não são elas que predominam nos cargos de liderança de associações científicas, nem prevalecem entre as principais bolsas de pesquisa. Também pudemos observar, através dos dados

coletados ao longo dos anos, que a produção científica no campo reflete marcas da desigualdade de gênero, sendo os autores homens predominantes entre os textos publicados nas revistas científicas de maior Qualis e as mulheres mais presentes como autoras principais em textos de autorias coletivas (OLIVEIRA-CRUZ, WOTTRICH, 2023).

Durante o percurso, foi possível perceber que a sistematização de um campo desigual se manifesta em todas as fases da carreira científica. Está presente em editais de ingresso e de manutenção (bolsas e outros auxílios) excludentes, ou, no mínimo, pouco cuidadosos com a realidade vivida por grupos em vulnerabilidade social a partir de questões de gênero, como pessoas trans e pessoas que gestam (OLIVEIRA-CRUZ, SCARRONE, ALEGRETTI, 2025). Se apresenta, também, na trajetória de mulheres que são proeminentes no campo, como pesquisadoras PQ, cujas narrativas revelam a presença de avaliações severas pelos pares, renúncias pessoais e negociações muito marcadas pela condição de ser mulher em um espaço acadêmico (WOTTRICH, OLIVEIRA-CRUZ, 2024).

Após mapear diferentes perspectivas para compreender as dinâmicas generificadas do subcampo científico da Comunicação no Brasil, voltamos nosso foco para a experiência daquelas que estão no estágio inicial: as pesquisadoras em formação. Ao deslocar a análise para as estudantes de Mestrado, Doutorado e recém doutoras (pesquisadoras de Pós-Doutorado), a pesquisa aprofunda o olhar sobre como desigualdades de gênero se manifestam desde as etapas iniciais da trajetória acadêmica, antecipando limites, tensões e expectativas que impactam a permanência e a projeção das pesquisadoras na carreira.

O objetivo central desta fase da pesquisa, é investigar, a partir das percepções dessas mulheres, como se constituem as barreiras, empecilhos e desafios no desenvolvimento de suas trajetórias científicas. Em especial, nos interessa observar dimensões que não são necessariamente institucionalizadas, dinâmicas que se estabelecem nas relações, compreendidas como lógicas de hierarquia e funcionamento do campo. Para isso, refletimos nesse artigo uma parte dos dados coletados em um questionário aplicado entre os meses de outubro e dezembro de 2025, com 261 estudantes de Programas de Pós-Graduação em todo o país.

Deste modo, organizamos este texto em seis seções, incluindo a introdução e a conclusão. Inicialmente, apresentamos o referencial teórico que fundamenta as discussões sobre algumas metáforas que situam os estudos de gênero e ciência, a fim de refletir aspectos específicos do nosso subcampo. Em seguida, situamos um panorama de gênero da

pós-graduação em comunicação no Brasil, o detalhamento do percurso metodológico, explicitando as etapas da pesquisa e a arquitetura do questionário aplicado às discentes, seus eixos e objetivos que fundamentam a discussão proposta. A quarta e quinta seção, são destinadas às análises e discussões suscitadas com os resultados, em um tensionamento entre os dados quantitativos e as narrativas presentes das respostas abertas, tendo foco nas barreiras invisíveis, relações hierárquicas e condições de permanência e progressão na carreira. Nas considerações finais, refletimos sobre os resultados, as implicações do produtivismo acadêmico na carreira das pesquisadoras e a necessidade de uma postura crítica e coletiva para a construção de novas lógicas no fazer científico no campo da Comunicação.

2. Para tornar visível o subentendido: as possibilidades e os limites das metáforas feministas

No campo dos estudos feministas, as metáforas são recursos linguísticos recorrentes para refletir sobre o ordenamento do sistema patriarcal e sobre os mais diversos engendramentos pelos quais se sustentam o poder, a opressão e a dominação masculina na sociedade. Alguns conceitos fundantes dos movimentos feministas, como a noção do “Outro” introduzida por Simone de Beauvoir, a Interseccionalidade, apresentada por Kimberlé Crenshaw e a Performance, refletida por Judith Butler, são sistematizados a partir de recursos metafóricos. Ainda que devamos reconhecer que as metáforas, por si, podem ser insuficientes para a construção de uma análise de contextos específicos - é interessante observar sua potencialidade para nomear, para dar visibilidade, a processos bastante sofisticados pelos quais a lógica patriarcal é externada e assimilada pelos sujeitos.

As análises sobre as relações generificadas no campo científico há muito também se estruturam a partir de figuras de linguagem para tentar dar nome às experiências vividas por mulheres: o teto de vidro, solo pegajoso, paredes de fogo e academia sem paredes são alguns exemplos. Como elucida a epígrafe, *“Há coisas que são e não receberam nome”*, as metáforas dos estudos de gênero e ciência nos apresentam a relevância de não apenas “ver o invisível”, mas também de dar nome a processos complexos e históricos que se sustentam na subjugação de corpos.

Assim, investigar as desigualdades de gênero no subcampo científico da Comunicação exige atenção frente aos mecanismos simbólicos e estruturais que nomeamos, ou que reconhecemos mas não damos nome porque o próprio sistema se encarrega de nos constranger para não explicitar. São processos que balizam relações pessoais e profissionais,

limitando as escolhas e minando a confiança de mulheres que disputam espaços e têm suas produções medidas com a mesma régua daqueles que criaram as regras científicas para benefício próprio. Do ponto de vista histórico, o que se estabelece

É uma ciência masculina, androcêntrica, branca, ocidental e localizada nas classes mais abastadas da sociedade moderna, que se auto institui com supremacia sobre todos os outros saberes, passando a se expressar, imediatamente, na linguagem e nas abordagens teórico-metodológicas, decidindo o que conhecer, para que conhecer e quem pode conhecer. Estabelece-se assim, a exclusão das mulheres no processo de construção do conhecimento científico. E, foram os princípios norteadores da Ciência Moderna as ferramentas que balizaram a construção do conhecimento científico, abstraindo, declaradamente, toda possibilidade de considerar as mulheres como sujeitos de conhecimento e do conhecimento, embora isso não tenha sido dito diretamente (SILVA, 2008, p. 8).

Nesse contexto, o conceito do “teto de vidro” permite observar a existência de algumas barreiras explícitas e outras invisíveis na trajetórias de mulheres, mesmo em ambientes em que elas prevalecem numericamente (como no campo da Comunicação), fazendo com que pesquisadoras e cientistas progridam de forma dificultada e em ritmo diferente de homens. A noção metafórica do “teto de vidro” diz respeito em especial às dificuldades que se impõem à ascensão profissional das mulheres. No caso da carreira acadêmica, quanto maior o nível no ensino, pesquisa ou extensão (em cargos de gestão, representação institucional, associações científicas, liderança de grupos de pesquisa ou bolsas de pesquisa) menor a presença feminina. Em um sistema pautado pelo produtivismo e métricas, as ações discriminatórias parecem sutis, uma vez que levam a crer que com “vontade, esforço e talento”, toda pessoa tem condições de assumir qualquer tarefa e alcançar os seus objetivos.

A variabilidade de efeitos das desigualdades de gênero, também nos propõe a novas metáforas para exemplificação dos enfrentamentos das mulheres nos diversos campos que optam por atuar profissionalmente. Moschkovich (2012) propõe uma reflexão a partir da metáfora de “*firewalls*” (paredes de fogo), que complexifica a noção de barreiras invisíveis, estando presente através de dinâmicas de discriminação cotidianas, não institucionalizadas, mas manifestadas no comportamento e nas práticas das pessoas que intenalizam e sustentam a cultura produtivista e meritocrática na academia. São “paredes de fogo” porque estão presentes durante o caminho, dificultam e modificam a trajetória profissional de mulheres.

Assim, os obstáculos não aparecem apenas quando a mulher almeja um cargo hierarquicamente superior, eles se manifestam em diferentes processos e níveis da universidade e fora da academia. Tais dinâmicas apontam o quanto mulheres lidam com uma sobrecarga de trabalhos invisibilizados que implicam na sua formação e produção científica. Martín-Palomino (2018) considera que uma das causas do teto de vidro é a “homosocialidade”, ou seja, a tendência de pessoas se aproximarem por semelhança. A ciência foi, em sua origem, restrita a um grupo exclusivo de pessoas: homens brancos elitizados. As consequências dessa exclusão se estendem até hoje, porque o poder é controlado quase sempre pelos mesmos, que promovem apenas seus semelhantes. Isso é o que explica, em partes, a maioria dos grupos de poder serem formados por homens brancos, enquanto as mulheres ficam com os cargos menos valorizados, no “solo pegajoso” (MARTÍN-PALOMINO, 2018).

Nesse contexto, é interessante observar que as circunstâncias que interpelam as mulheres e influenciam suas trajetórias na universidade não são homogêneas, seja pelas áreas do conhecimento, pela estrutura social, pela presença ou ausência de políticas e redes de apoio que viabilizem a vida profissional e pessoal (VELHO; LEÓN, 1998). A hierarquização do campo acadêmico incide diretamente sobre os critérios que definem o que é reconhecido como produção científica legítima. O produtivismo acadêmico se define por um conjunto de práticas e critérios que se centralizam nos indicadores quantitativos de desempenho, intensificação do ritmo de produção e pela competição entre pesquisadores e pesquisadoras. Estrategicamente apresentado enquanto sistema meritocrático, o produtivismo acadêmico tende a desconsiderar desigualdades estruturais e seus impactos frente à trajetória de mulheres.

Nesse contexto, é interessante pensar como a aceleração do ritmo de trabalho e a incorporação de tecnologias e dispositivos para aprimoramento dos usos do tempo, tanto produção científica quanto nas práticas de sociabilidade, configuram aquilo que Maria do Mar Pereira, a partir de Rosalind Gill, apresenta como “academia sem paredes” (PEREIRA, 2011). A metáfora ajuda a visibilizar a configuração de um sistema em que as fronteiras entre trabalho e vida pessoal se dissolvem e toda hora e lugar se tornam potencialmente produtivos. Desse modo,

Qualquer local e momento pode em princípio servir para realizar atividades acadêmicas. Para além disso, a atual carga de trabalho média nas universidades é de tal forma intensa que só é possível completar todas as funções pedagógicas, de investigação e administrativas trabalhando também de noite, aos fins de semana e feriados, e/ou nas férias (PEREIRA, 2011, p. 8)

Tal configuração impacta de modo particularmente desigual as mulheres, que seguem socialmente responsabilizadas pelo trabalho de cuidado e pela gestão da vida doméstica, produzindo uma sobrecarga que aprofunda desigualdades de gênero na carreira acadêmica e restringe ainda mais o tempo disponível para o engajamento político e coletivo. Qualquer alteração desse cenário termina por configurar como uma negociação pessoal, recaindo sobre a mulher individualmente a responsabilidade por solucionar um problema estrutural.

Sustentada por lógicas de performatividade, a reorganização das lógicas do trabalho de pesquisa intensifica a pressão por produtividade contínua e auto monitoramento, o que torna as exigências institucionais inalcançáveis - o que leva a problemas cada vez mais frequentes de ansiedade, baixa auto-estima e desistência da carreira. Como parte importante do funcionamento do sistema produtivista, as desigualdades se materializam também nos regimes de avaliação da produção científica. Como discutimos anteriormente (OLIVEIRA-CRUZ, WOTTRICH, 2023), o produtivismo acadêmico tende a reforçar lógicas competitivas que desconsideram as condições desiguais de produção, afetando especialmente mulheres em contextos marcados pela sobrecarga de trabalho invisível e trabalho do cuidado, o que impacta na visibilidade, permanência e reconhecimento das pós-graduandas.

Tais lógicas produtivistas e hierárquicas do campo acadêmico se intensificam a depender de outros marcadores sociais que se relacionam, como nos sugere a perspectiva da interseccionalidade, mobilizada pelo feminismo contemporâneo como ferramenta analítica para compreender como raça, gênero e classe se articulam na consolidação de desigualdades (MACHADO; NEGREIROS, 2024). Na academia, a interseccionalidade permite evidenciar que a trajetória de mulheres é marcada por condições desiguais de acesso, permanência e reconhecimento. Assim, além de ser base para um regime de avaliação científica, a noção produtivista da ciência se torna um mecanismo que aprofunda e escancara as desigualdades estruturais da própria sociedade, espelhadas no ambiente acadêmico.

3. Panorama dos discentes de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil

Em 2020, consolidamos pela primeira vez um panorama de gênero do corpo discente da Pós-Graduação em Comunicação no Brasil. Naquele momento, considerando dados de

2019, o quadro apontava para 4081 estudantes matriculados entre os cursos de mestrado e doutorado, sendo 1740 homens (42,6%) 2341 mulheres (57,4%) (OLIVEIRA-CRUZ, WOTTRICH, 2023). Os dados foram coletados diretamente da plataforma Sucupira⁵, sistematizados por PPG e categorizados individualmente entre homens e mulheres a partir dos prenomes de cada discente.

Para o debate proposto nesse artigo, que tem foco específico na experiência de mulheres estudantes do campo, repetimos o mapeamento para uma comparação do contexto. A coleta foi feita na plataforma em fevereiro de 2026 e considerava estudantes matriculados entre os 54 PPGs ativos no Brasil. Interessante observar que, nesse período de seis anos, houve o encerramento de alguns programas (Cáspere Líbero, Unisinos - este último ainda com turmas remanescentes) e abertura de novos, nos estados de Alagoas (UFAL), Roraima (UNIR), Amazonas (UFAM), Mato Grosso (UFMT), Sergipe (UFES), Santa Catarina (Univille) e Distrito Federal (IDP). Apesar da expansão de programas, o número total de estudantes reduziu para 3673, cerca de 10% menos (ou 408, em números absolutos) em comparação a 2019.

Considerando a importância de avaliar o cenário macro para refletir as impressões levantadas atualmente pelas estudantes acerca do campo da Comunicação, observamos que a redução do número total de discentes entre 2019 e 2025 acompanha uma tendência nacional de reconfiguração do Sistema Nacional de Pós-Graduação após o período de expansão registrado na década anterior (CAPES, 2022). Relatórios da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2022) apontam que a pandemia de Covid-19 produziu instabilidades acadêmicas, reorganização das atividades presenciais e impactos na permanência estudantil. Outro fator relevante que incide no menor número de matrículas, aumento da evasão escolar e trancamentos se deve ao registro de agravamento das condições de saúde mental entre pós-graduandos, com aumento de ansiedade, depressão e sobrecarga acadêmica (PINZÓN, 2020) - questões que foram abordadas entre nossas respondentes.

Tendo em vista a distribuição por sexo, a partir da sistematização dos dados da plataforma Sucupira, as mulheres continuam prevalecendo no quadro de discentes dos PPGs

⁵ A coleta das listas completas de cada PPG pode ser obtida através do link:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/discente/listaDiscente.jsf?sessionId=K5RjVjZFCQAGI7Nnw20RNj-i.sucupira-214>

em Comunicação - representando 58,7% (2156) das pessoas matriculadas. Os dados por programa podem ser observados na tabela abaixo.

TABELA 1 - Distribuição de discentes por PPG e por sexo

Região	Instituição	UF	M	H	Total	Região	Instituição	UF	M	H	Total
N	UFRR	RR	14	4	18	NE	FUFSE	SE	16	13	29
N	UFAM	AM	14	16	30	NE	FUFPI	PI	23	6	29
N	UFPA	PA	46	29	85	NE	UFBA	BA	68	62	130
N	UNIR	RO	9	8	17	NE	UFPB-JP	PB	31	17	48
N	UFT	TO	28	12	40	NE	UFAL	AL	9	3	12
NE	UFPE	PE	22	19	41	NE	UFPE	PE	65	72	137
NE	UFC	CE	55	36	91	CO	UFMS	MS	24	16	40
NE	UFMA	MA	10	6	16	CO	IDP	DF	44	29	73
NE	UFMA	MA	24	23	47	CO	UCB	DF	36	31	67
NE	UFRB	BA	30	19	49	CO	UNB	DF	78	45	123
NE	UFRN	RN	53	47	100	CO	UFG	GO	49	27	76
Sudeste	ESPM	SP	38	28	66	Sudeste	USP	SP	65	47	112
Sudeste	PUC/MG	MG	13	7	20	Sudeste	UNISO	SP	27	20	47
Sudeste	PUC/SP	SP	68	41	109	Sudeste	UERJ	RJ	68	60	128
Sudeste	PUC-RIO	RJ	57	35	82	Sudeste	UNICAMP	SP	44	32	76
Sudeste	UAM	SP	27	36	63	Sudeste	UNESP	SP	58	44	102
Sudeste	UFIF	MG	56	33	89	Sudeste	UFF	RJ	111	58	169
Sudeste	UFMG	MG	94	60	154	Sudeste	UFF	RJ	51	39	90
Sudeste	UFOP	MG	23	16	39	Sudeste	UMESP	SP	41	31	72
Sudeste	UFU	MG	27	15	42	Sudeste	UNIP	SP	28	33	61
Sudeste	UFES	ES	26	20	46	Sudeste	UFSCAR	SP	13	21	34
Sudeste	UFRJ	RJ	90	63	153	Sul	UEPG	PR	21	12	33
Sul	UNIPAMPA	RS	16	11	27	Sul	UFSC	SC	44	36	80
Sul	PUC/RS	RS	68	26	94	Sul	UFSM	RS	55	36	91
Sul	UNIVILLE	SC	9	5	14	Sul	UFPR	PR	36	35	71
Sul	UNISINOS	RS	7	5	12	Sul	UFRGS	RS	54	38	92
Sul	UEL	PR	30	12	42	Sul	UTP	PR	13	15	28
Mulheres: 2156			Homens: 1517			Total: 3673					

FONTE - elaboração própria

Ainda sobre a divulgação do panorama, consideramos relevante destacar que se tratam de dados flutuantes (visto que as matrículas e trancamentos tem variações sazonais e/ou diárias) e que a metodologia de categorização pelo prenome pode apresentar falhas. Apesar de procurarmos sanar eventuais dúvidas através de consultas diretas ao Currículo Lattes, não temos a pretensão de apresentar um diagnóstico rígido. Sistematizamos o panorama na intenção de propor uma reflexão com os recursos que são disponíveis à comunidade acadêmica através dos dados abertos. Nesse sentido, pontuamos que a iniciativa do Observatório da Pós-Graduação da CAPES⁶, inaugurada em 2023, representa um avanço significativo para compreensão da área, mas o sistema ainda não permite a integração dos dados dos PPGs - o que nos remete à importância de produzir e divulgar o cenário atual.

4. Metodologia

O questionário aplicado com as discentes dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação do Brasil foi elaborado na plataforma Google Forms e disponibilizado entre outubro e dezembro de 2025. Ao final dos dois meses, a pesquisa foi respondida por 261 pessoas, em um universo de 2.341 discentes mulheres vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil. O instrumento foi aplicado por meio de questionário online, com participação voluntária, configurando-se como amostragem não probabilística por adesão. Ainda que não se trate de amostra aleatória, realizamos cálculo do erro amostral com correção para população finita e adoção da proporção mais conservadora ($p=0,5$), para estimar o alcance estatístico dos dados. Nesse contexto, a amostra alcança nível de confiança de 95%, com margem de erro estimada em $\pm 5,7$ pontos percentuais. O dimensionamento amostral e os procedimentos de análise quantitativa seguem os parâmetros da estatística aplicada às pesquisas sociais, conforme sistematizado por Gil (2019). É importante reconhecer, contudo, os limites inerentes às pesquisas baseadas em survey e participação voluntária, especialmente no que se refere à possibilidade de vieses de autoseleção.

No período posterior a elaboração do formulário e anterior à aplicação, foi realizado um pré-teste do instrumento com pessoas que faziam parte do público respondente. A partir da análise feita por 18 estudantes de PPGs de diferentes regiões, foi possível ajustar e validar o instrumento no que diz respeito à clareza das perguntas, pertinência das alternativas, sobreposição de temas, sequência das questões, tempo de duração, bem como a exclusão e

⁶ Disponível através do link <https://sucupira-v2.capes.gov.br/painel>

inclusão de temas importantes, segundo os objetivos propostos - critérios e cuidados considerados fundamentais para a aplicação de surveys online (CARLOMAGNO, 2018). O instrumento foi composto por 52 questões organizadas em quatro eixos analíticos, sendo 51 fechadas, que nos disponibilizam dados quantitativos (entre estas, 2 questões possibilitam complemento opcional de uma resposta descritiva) e 1 questão aberta, para que as respondentes discorram suas experiências.

A divulgação do questionário foi feita através de listas de associações científicas, como Compós e Intercom, mensagem eletrônica encaminhada a todas as coordenações de PPGs em Comunicação do Brasil, além de grupos e mensagens individuais de Whatsapp endereçadas a docentes de PPGs das cinco regiões. É importante salientar também que, antes de iniciar as respostas, cada participante teve acesso um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantida a confidencialidade e segurança na realização do questionário online de acordo com o que preconiza as orientações do Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) de 21/02/2021 para pesquisas com etapa em ambiente virtual.

O instrumento buscou mapear, de forma quantitativa e qualitativa, as experiências das pós-graduandas, contemplando: (1) o perfil socioeconômico e identitário das respondentes, com variáveis como raça, renda, faixa etária e estado civil; (2) os processos de socialização no ambiente acadêmico e na vida cotidiana, considerando o equilíbrio entre vida pessoal e acadêmica, a sobrecarga de cuidados e a existência de redes de apoio; (3) as dinâmicas específicas do campo da Comunicação, incluindo percepções sobre lideranças e referências femininas, condições de produção científica e ocorrência de assédio e discriminação; e (4) as trajetórias de carreira, com ênfase nas perspectivas de progressão, na autopercepção de competências acadêmicas e no impacto (ou ausência) de políticas institucionais sobre seus percursos profissionais. Para o texto que desenvolvemos, nos focamos em especial nas duas primeiras etapas.

No âmbito quantitativo, nossa análise se debruça através dos dados coletados em perguntas fechadas, de múltipla escolha ou por escala Linkert, que nos permitiu uma visão panorâmica do cenário investigado, em especial das barreiras percebidas pelas estudantes. No que diz respeito à abordagem qualitativa, refletimos sobre os depoimentos disponibilizados através das questões abertas, que, segundo Ana Lúcia Novelli (2005, p. 172), “[...] possibilitam conhecer de forma mais profunda e espontânea a opinião [...]” da pessoa entrevistada.

5. Análise dos dados sócio-demográficos

No que se refere à inserção acadêmica, os dados coletados indicam predominância de estudantes do mestrado acadêmico (50%), seguido pelo doutorado acadêmico (41,9%). No que diz respeito à distribuição regional, os números reiteram assimetrias históricas da pós-graduação brasileira, sendo a concentração regional no Sudeste (47,1%), Sul (24,1%), sendo apenas das respondentes 15,3% da região Nordeste, 11,5% do Centro-Oeste e 1,9 % do Norte - desequilíbrio já identificado em mapeamentos anteriores do campo da Comunicação (OLIVEIRA-CRUZ, WOTTRICH, 2023).

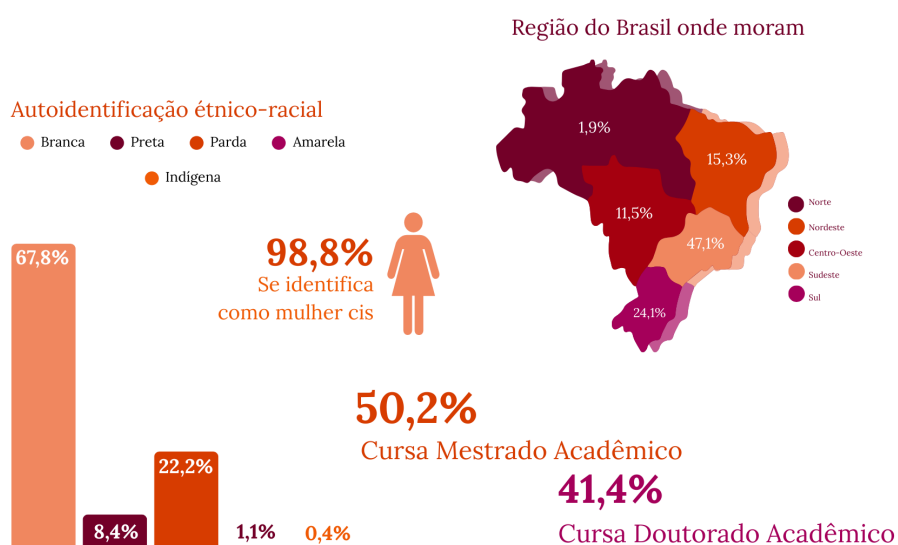


FIGURA 1 – Perfil das respondentes

FONTE - elaboração própria

Do ponto de vista identitário, 98,8% das respondentes se identificam como mulheres cis, evidenciando a baixíssima inserção de pessoas trans na comunidade acadêmica e necessidade de implementação de políticas específicas para inserção desse público na pós-graduação em Comunicação, como debatemos anteriormente (OLIVEIRA-CRUZ, SCARRONE, ALEGRETTI, 2025). No que diz respeito à autodeclaração étnico-racial 67,7% se identificam como mulheres brancas, 22,2% pardas e 8,5% pretas (totalizando 30,7 % de mulheres negras). Assim, embora a presença feminina seja numericamente expressiva na pós-graduação na área, persistem desigualdades raciais no acesso e na permanência, reforçando a necessidade de abordagens interseccionais na análise das trajetórias acadêmicas (XAVIER, 2021; GÓES, 2019).

A maioria das respondentes está vinculada a um PPG de instituição pública (85,4%). No campo socioeconômico, destaca-se que 53,1% das respondentes recebem algum tipo de bolsa, enquanto 41,5% não recebem qualquer financiamento, o que as obriga a articular a formação acadêmica com atividades profissionais. Esse dado se materializa na informação de que 37,7% possuem vínculo empregatício formal (CLT) e 32,3% atuam como profissionais autônomas. A dificuldade de conciliação, é retratada por uma das respondentes:

A academia não é nada compreensível com quem equilibra vida acadêmica e profissional, muitas vezes colocando até empecilhos para que ambos possam ser conciliados, só que não é possível abrir mão do trabalho clt ou PJ já que as bolsas oferecidas são bem abaixo. Outro ponto é que uma mulher dificilmente pode abrir mão da carreira profissional para se dedicar aos estudos sem pensar em oportunidades que podem ser perdidas futuramente considerando que homens constantemente tem uma vantagem no que diz respeito a conseguir vagas dentro de uma sociedade patriarcal. (mulher cis, parda, 22-26 anos, mestranda em IES pública no Sudeste)

O depoimento demonstra que se sustenta uma incompatibilidade entre a vida acadêmica e profissional das mulheres, principalmente pelas exigências de disponibilidade de tempo para dedicação integral à Pós-Graduação. Em que pese reconhecermos que a pesquisa é uma atividade profissional, é interessante observar a dificuldade apresentada pela interlocutora: por um lado, a remuneração das bolsas não é suficiente, por outro, manter-se fora do mercado de trabalho pode significar um prejuízo mais acentuado para mulheres. O que se tem, como consequência deste cenário, é uma dedicação parcial nos dois campos - sem que seja possível produzir dentro dos parâmetros exigidos pela academia, dificultando as perspectivas de ascensão.

No âmbito da vida pessoal, 58,8% das respondentes são solteiras, 21,9% são casadas e 13,8% estão em união estável. Do total, 24,6% das respondentes são mães, sendo que a maioria tem um filho (61,9%). Temos, portanto, um contingente significativo de mulheres que vivem uma demanda de sobrecarga e cobrança acadêmica e pessoal bastante específica. Em estudo realizado com mães universitárias, Ivana Moura reflete que a permanência das mães universitárias no ambiente acadêmico é atravessada por dinâmicas de violência simbólica, falta de reconhecimento institucional e ausência de políticas afirmativas específicas. Moura (2024) demonstra que a sobrecarga do cuidado, associada às exigências rígidas da academia, produz sentimentos recorrentes de não pertencimento e sofrimento psíquico, levando ao baixo rendimento e até a evasão escolar.

Em nossa pesquisa, além dos impactos diretos na queda da produtividade e na dificuldade de tempo para dedicação integral aos estudos em razão da maternidade, foi possível registrar nos depoimentos situações de preconceito velado ou mesmo de assédio dirigido às mulheres mães. Entre as respondentes, uma delas ouviu de sua orientadora de doutorado *“Você pode tudo, menos engravidar”*, enquanto uma segunda apontou a necessidade de se considerar a realidade vivida especificamente por mães solo:

Falta visibilidade do impacto social da formação acadêmica de mulheres que chefiam famílias sem apoio: elas são uma parcela expressiva da população, quantificada pelo IBGE, com um significativo recorte social e de classe econômica. No entanto, são preteridas em relação a outras populações igualmente minorizadas, vulneráveis e com demandas legítimas por inclusão. Não é o caso de deslegitimar as demandas de outros grupos, mas de empreender políticas coerentes com a dimensão e o impacto social dessa população de mães que são as únicas responsáveis pelo sustento de seus grupos familiares. (mulher cis, parda, 42-46 anos, doutoranda em IES pública no Sudeste)

A forma como a maternidade se configura como uma experiência não legitimada na academia e os modos como essas barreiras são interpostas de modo implícito - quando, por exemplo, pressupõe que a mulher deve prioritariamente cuidar do filho e que a dificuldade de conciliar as demandas é uma questão individual - nos remete diretamente a noção de “paredes de fogo” (MOSCHKOVICH, 2012), sendo parte das discriminações cotidianas, na maior parte das vezes não institucionalizadas. Esses dados dialogam diretamente com pesquisas anteriores que refletem a necessidade de trazer para o debate público o impacto da maternidade na rotina e na experiência vivida por acadêmicas, especialmente em contextos marcados por avaliações quantitativas e meritocráticas (OLIVEIRA-CRUZ, WOTTRICH, HAAG, BRUM, 2023; MACHADO et al., 2020).

6. Socializações no ambiente acadêmico e na vida cotidiana

O segundo eixo do instrumento aprofunda a análise sobre a articulação entre vida acadêmica, vida pessoal e trabalho de cuidado, dimensão central nas epistemologias feministas da ciência. Nesse sentido, foram realizadas perguntas de escala Linkert, sendo apresentadas frases afirmativas às pós-graduandas, que tinham quatro opções de escolha variando desde discordo totalmente até concordo totalmente. De modo geral, os resultados dialogam com pesquisas que tensionam as desigualdades de gênero presentes na academia, uma vez que concerne especialmente às mulheres a maior parte da carga de trabalho doméstico, trabalho reprodutivo e trabalho do cuidado.

À afirmação “Sinto que é difícil equilibrar minha vida acadêmica e pessoal”, 83,8% das respondentes concordam total ou parcialmente, sendo que 50% concordam totalmente. Nesse contexto, é importante observar que 66,6% das respondentes afirmam que são as principais responsáveis pela manutenção da casa e/ou cuidado de outras pessoas, reiterando a persistência da divisão sexual do trabalho. O que é denunciado enquanto barreira invisível, passa a pesar sobre os ombros em forma de um culpa socialmente atribuída a mulheres e a ilusão de fracassar em um sistema planejado para homens, como relata uma pós-graduanda:

Ser mãe, chefe da casa e mulher é exaustivamente desafiador para quem ainda pensa em ser pesquisadora. Me divido em muitas para conseguir estar na academia e ainda assim sinto que falho por não ter tempo suficiente e nem poder me dedicar de forma exclusiva. (mulher cis, parda, 32-36 anos, doutoranda em IES pública no Centro-Oeste)

Esse descompasso entre as exigências acadêmicas e as responsabilidades domésticas histórica e culturalmente atribuídas a mulheres reforça a crítica à lógica produtivista da ciência, que pressupõe dedicação integral à pesquisa sem considerar as condições materiais e sociais concretas das pesquisadoras (PRADO; FRANÇA, 2013).

As consequências subjetivas da sobrecarga também se manifestam na ampla concordância das estudantes à frase “Sinto que as demandas pessoais afetam meu desempenho na academia”. Do total das respondentes, 56,5% concorda totalmente e 26,9% parcialmente com a afirmação, possibilitando observar o quanto a experiência acadêmica feminina é atravessada por múltiplas exigências que extrapolam o espaço institucional. Como parte de uma condição contraditória, mas real, parece persistir o sentimento de que “a vida atrapalha o trabalho”. Esse pressuposto se manifesta de maneira muito concreta na perspectiva das estudantes, uma vez que, para buscar progredir na carreira, 77,6% delas entende que abdica do lazer, 69,2% passa menos tempo com a família, 58,2% abre mão de cuidados com a saúde e 51,1% renuncia ao tempo de férias.

As consequências das desigualdades de oportunidades, que podem ser mensuradas objetivamente através de métricas quantitativas da produção acadêmica, se refletem em uma análise subjetiva das respondentes: 52,7% discordam totalmente e 31,5% discordam parcialmente da ideia que “Mulheres e homens no campo da Comunicação tem as mesmas condições de produção científica”.



FIGURA 2 –Percepção sobre demandas e condições de produção científica.

FONTE - elaboração própria

É interessante observar, nesse contexto, o quanto as estudantes têm uma perspectiva crítica sobre os tipos de atividades que são assumidas pelas mulheres, em comparação aquelas que merecem maior atenção dos homens:

Nas atividades de manutenção e pontuação do PPG, como preenchimento na plataforma sucupira, as únicas voluntárias são mulheres. Em eventos do PPG também, uma maioria de mulheres dispõe do seu tempo e energia para contribuir com atividades que visam o progresso coletivo do PPG enquanto os estudantes homens, em sua maioria, focam exclusivamente nas suas pesquisas individuais (mulher cis, branca, 27-31 anos, mestranda em IES pública no Sul)

Sobre esse aspecto, queremos ressaltar os modos pelos quais algumas funções, espaços ou tipos de produção são configurados como mais ou menos prestigiosos no campo acadêmico. A naturalização do trabalho invisível e da sobrecarga feminina no interior da universidade se expressa na hierarquização de práticas científicas e invisibilização de atividades fundamentais na universidade que tendem a ser associadas ao feminino. Enquanto elas se dedicam às atividades coletivas, como pareceres, organização de eventos, participação em comissões, processos editoriais e tantas outras demandas fundamentais ao funcionamento do sistema acadêmico, os homens ficam mais livres para produzir, ocupar cargos de liderança e ascender. Não seria esse um mecanismo eficiente para mantê-las no solo pegajoso?

O reconhecimento da diferença vivida por homens e mulheres no que diz respeito à conciliação da vida acadêmica e pessoal para manutenção e ascensão profissional, pode ser monitorado no desequilíbrio da produção científica em tempos sombrios, como na pandemia. Nesse período, em que se intensificou a “crise do cuidado”, veio à tona a discussão sobre os modos pelos quais nossa organização social se sustenta a partir do trabalho do cuidado, invisível e não remunerado das mulheres (GUIMARÃES, 2024).

Em levantamento realizado no ano de 2020, observamos que, no campo da Comunicação, autores homens obtiveram uma ampliação sensível no percentual de publicações em comparação ao ano anterior (2019), saltando de 37,2 % para 45,7% do total de artigos produzidos em autoria exclusivamente masculina em revistas nacionais de estrato A2 da área de comunicação. Já as mulheres no mesmo período, tiveram um decréscimo de 12,7% de produção de textos de autoria individual. Valendo ressaltar, para reforçar a compreensão da associação das mulheres com atividades colaborativas, que elas são autoras principais de 83% (2019) e 62% (2020) dos artigos coletivos (OLIVEIRA-CRUZ; WOTTRICH, 2023).

Esse descompasso reforça empiricamente a noção de teto de vidro, segundo a qual a presença numérica das mulheres não se traduz automaticamente em igualdade de condições, reconhecimento ou acesso aos espaços mais prestigiados do campo científico. Trata-se de uma barreira sutil, estrutural e historicamente construída, que incide sobre expectativas, oportunidades e percepções de futuro das pesquisadoras.

No que se refere à saúde mental e às violências institucionais, os dados são particularmente expressivos. À afirmação “Já me senti aflita/angustiado durante o desenvolvimento da minha pesquisa”, 78,5% concordam totalmente, evidenciando que o sofrimento psíquico constitui uma experiência amplamente compartilhada. Esse dado é reforçado pela percepção de sobrecarga: 81,5% afirmam sentir-se sobrecarregadas em relação às demandas acadêmicas. É interessante observar que o sentimento de sobrecarga é avaliado pelas pós-graduandas como um sintoma coletivo, transcendendo a experiência individual. Como aponta o relato abaixo:

São muitos traumas acumulados durante a minha trajetória em universidades federais (estou na terceira experiência). Hoje essas sequelas são trabalhadas em terapia psicológica e com tratamento farmacológico. Saúde mental e física são imprescindíveis para garantir a permanência nesses espaços e, principalmente, para garantir a minha existência enquanto pessoa. Infelizmente, muitos colegas estão

adoecidos e evitam falar a respeito por conta de estigmas relacionados a desequilíbrios psíquicos. (mulher cis, parda, 32-36 anos, doutoranda em IES pública no Centro-Oeste)

O sentimento de sobrecarga na trajetória acadêmica é, de certa forma, recorrente na narrativa das respondentes. Entre os principais obstáculos sinalizados pelas pós-graduandas, 64,8% evocam quanto a “Gestão do tempo” torna-se um complicador no percurso acadêmico, 63,2 remetem a “Dificuldade de conciliar a vida acadêmica e pessoal”; e 60,2% ressaltam a “Impossibilidade de se dedicar exclusivamente à pós”. Em uma reflexão bastante interessante sobre a realidade vivida por mulheres cientistas na gestão e manejo de diferentes temporalidades que se entrecruzam na vida pessoal e profissional, Tânia Perez-Bustos questiona os critérios de uma “cienciometria” que elimina a condição do sujeito que pesquisa. Em um contexto em que a velocidade é tida como critério de competência “a forma de ser e estar na academia se encontra orientada por uma temporalidade externa, a do mercado, e não pelos ritmos internos e pessoais de aprendizagem, criatividade e reflexividade”. (PEREZ-BUSTOS, 2019, p. 39).

Assim, se os critérios produtivistas são prejudiciais aos processos e à qualidade do que se tem como resultado das pesquisas, o que pensar sobre as consequências diretas na vida daquelas que precisam cumprir prazos e critérios de forma concomitante a demandas também exaustivas (porque assumidas de forma exclusiva ou prioritária em razão do gênero), tanto em casa como no trabalho, como é o caso das mulheres pesquisadoras? E se essa experiência estiver associada à relações hierárquicas nocivas, restrição financeira e menor perspectiva de ascensão profissional, como é o caso de várias estudantes, temos como consequência outros obstáculos à trajetória acadêmica bem importantes, citados pelas participantes como a “Saúde mental” e as “Exigências de produtividade em pesquisas”, com 55,9% e 51,7% respectivamente.

Em estudo realizado por Juanita Pinzón et al (2020) para refletir sobre dificuldades na carreira percebidas por estudantes de Pós-Graduação no Brasil, as dificuldades na relação com orientadores — incluindo falta de apoio e pressão por produtividade — integram o conjunto de barreiras à carreira que se associam a níveis moderados de depressão, ansiedade e estresse entre estudantes. Como pode ser observado no depoimento a seguir:

Sofri tanto assédio moral, me senti tão incompetente, por conta dos comentários misóginos do meu antigo orientador, que me diminuía o tempo inteiro, que me

abandonei, abandonei a defesa e fiquei com uma dissertação pronta e engavetada. Hoje estou em outro mestrado em outro PPG e me sinto melhor, com um orientador mais acolhedor. (Mulher cis, parda, 42-46 anos, mestranda em IES pública no Nordeste)

Nesse contexto, é muito significativo pontuar que manifestões dessa ordem não são exceção: 79,6% das estudantes afirmam já ter ouvido falar de situações de discriminação e/ou assédio no ambiente acadêmico, enquanto 35,4% declaram ter vivenciado diretamente essas situações. “Sofri assédio moral de um ex-orientador, o que afetou minha saúde mental e performance acadêmica, atrasando a minha tese”, afirmou uma das pós-graduandas (mulher cis, branca, 32-36 anos, doutoranda em IES pública no Sudeste). Esses números reforçam a compreensão de que o assédio moral e simbólico opera como mecanismo disciplinador das trajetórias femininas na academia, conforme apontado por estudos feministas da ciência (SCHIEBINGER, 2001).

É interessante que, nesse cenário, orientadores e orientadoras são pessoas que, em alguma medida, reconhecem as consequências negativas do modelo produtivista e androcêntrico de fazer ciência. É provável que já tenham sido cobrados por prazos e resultados inacessíveis e, de modo a demonstrar a eficiência e sofisticação do modelo hegemônico de produção acadêmica (para remeter ao pensamento gramsciano), assumem como naturais e possíveis as regras que lhes foram impostas e passam a reproduzi-las. Falar abertamente sobre as relações competitivas, hierárquicas e, por vezes, constrangedoras que se estabelecem na academia é uma necessidade coletiva - como nos revela o relato de uma participante da pesquisa:

Sinto uma solidão extrema na vida acadêmica e uma dificuldade enorme em me fazer presente na vida das pessoas, fazer manutenção das relações interpessoais, por conta das demandas acadêmicas e do meu segundo trabalho. Além disso, a competitividade, a pressão, as violências institucionais, a displicência, ausência e completa irresponsabilidade do corpo docente é algo absurdo e nos coloca em vulnerabilidade constantemente. [...] Na vida prática, especialmente no que tange às mulheres discentes, professoras não intervêm e não são solícitas e empáticas no enfrentamento das violências atreladas a gênero. Tudo me deixa desesperançosa. (Mulher cis, branca, 27-31 anos, doutoranda em IES pública no Sul)

A desesperança da estudante nos provocou como uma convocação. Trata-se da experiência de alguém que, ainda em um estágio inicial de seu percurso profissional, enxerga

e compreende os limites que se impõem de maneira velada, mas que todas sabemos, estão lá. *As coisas que nós nomeamos* (como escolhas) *mas que não são*. *As coisas que são mas não tem o nome que é necessário*: barreiras invisíveis - que as mulheres na academia sentem e tentam acomodar de maneira silenciosa para não ampliar o constrangimento e os possíveis prejuízos. Muitas vezes, inclusive, pesquisadoras absorvem as dificuldades impostas pelo modelo masculinista de construir a universidade como uma questão individual - *as coisas que não são e tem nome* - e que são introjetadas como insuficiência ou inabilidade. Os processos competitivos, pouco empáticos e solitários na vida acadêmica, todas nós conhecemos. Só deixamos de questionar, como um exercício político e coletivo, pela sedução do mérito ou por medo de sermos excluídas do processo.

Temos consciência que são muitas as realidades experimentadas na vida acadêmica, porque a própria experiência de ser mulher é atravessada por diferentes e complexos contextos interseccionais. Nos filiamos, contudo, a perspectiva de Débora Diniz e Ivone Gebara, de que “a esperança feminista não pode temer a diversidade”. Ainda que os limites e as vulnerabilidades se apresentem de formas diferentes, de acordo com o estágio da carreira, a filiação institucional, a raça, classe, sexualidade, a geolocalização e tantos outros atravessamentos que conformam a identidade das mulheres pesquisadoras, é na prática de ouvir, falar, recriar, compartilhar, perguntar e desobedecer as lógicas da ciência meritocrática que podemos “estranhar a conjugação patriarcal naturalizada em nós” (DINIZ, GEBARA, 2022, p. 13). Quem sabe assim, possamos construir novas metáforas, que deem significado para resistência e transformação.

Considerações finais

De modo articulado, os dados que apresentamos e debatemos nesse artigo reafirmam a hipótese central que orienta nossa pesquisa: as desigualdades de gênero no subcampo científico da Comunicação não se manifestam apenas nos níveis mais elevados da carreira, mas atravessam de forma contínua e estrutural a formação, a socialização acadêmica e as expectativas de futuro das pesquisadoras. As percepções e relatos das estudantes de pós-graduação reafirmam que o subcampo científico da Comunicação reproduz lógicas produtivistas e meritocráticas que desconsideram desigualdades materiais, raciais e de gênero, ao mesmo tempo em que naturalizam a sobrecarga, o sofrimento e a insegurança como dimensões constitutivas da experiência acadêmica feminina.

Os relatos colocam em xeque as barreiras “invisíveis”, mas que são reconhecidas tanto pelas pesquisadoras em formação, que circulam no solo pegajoso, quanto por aquelas que seguem na prática da ciência tentando transpor o teto de vidro. A exposição das lógicas de estruturação masculista da ciência deve ser parte de um movimento coletivo, feminista, que reconhece a importância da reflexividade, da experiência, articulação entre vida pessoal, profissional e trabalho de cuidado.

Ao dar visibilidade às percepções e vivências das discentes, temos a expectativa de ampliar as discussões que temos realizado sobre diferentes dimensões do subcampo científico, reforçando a necessidade de políticas institucionais de gênero que atuem de forma integrada nas universidades, agências de fomento e associações científicas, de modo a mobilizar questionamentos e mudanças nos modelos de acesso, permanência, progressão e reconhecimento do que é valorizado e legitimado como resultado esperado de nossas pesquisas. Talvez, pelo viés feminista, reconhecendo a função política de nossa posição, possamos observar mais criticamente os critérios de excelência que estruturam a ciência da Comunicação no Brasil.

Referências

- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Relatório de Gestão 2021–2022**. Brasília: ANDIFES, 2022.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório de Gestão 2023**. Brasília: CAPES, 2024.
- CARLOMAGNO, Márcio. “Conduzindo Pesquisas Com Questionários Online: Uma Introdução Às Questões Metodológicas.” in: Silva, Tarcizio (org) **Estudando Cultura e Comunicação Com Mídias Sociais**. Brasília: IBPAD, 2018, pp. 31–55.
- DINIZ, Debora. **Esperança feminista** / Debora Diniz, Ivone Gebara. - 1. ed.- Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GÓES, Juliana. Epistemologias feministas: reflexões sobre ciência, gênero e conhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, p. 1–12, 2019.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. A “CRISE DO CUIDADO” E OS CUIDADOS NA CRISE: REFLETINDO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. **Sociologia & Antropologia**, v. 14, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752024v14i18>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- LOPES, Maria Margaret. Gênero, ciência e objetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 315–337, 2012.

MACHADO, Layze Aparecida; NEGREIROS, Eduardo Corrêa de. Teoria da interseccionalidade e feminismo contemporâneo: uma análise crítica das complexas experiências das mulheres. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 142-162, jun. 2024. DOI: 10.9771/rds.v5i1.57686. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/57686>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MACHADO, Letícia; et al. **Parenthood and academic productivity: impacts of motherhood in science**. *Scientometrics*, v. 124, n. 1, p. 1–16, 2020.

MARTIN-PALOMINO, Esther Torrado. REDES, SORORIDAD Y TECHO DE CRISTAL. In: RAMOS, Ana M. González. **Mujeres en la ciencia contemporánea**. Barcelona: Icaria Editorial, 2018.

MOSCHKOVICH, Marília Barbara Fernandes Garcia. **Teto de vidro ou paredes de fogo? Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da Unicamp**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza. **Trajetórias universitárias e maternidade: a condição da mulher mãe no ensino superior**. 2024. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2024.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. Pesquisa de opinião. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; WOTTRICH, Laura. Desigualdades de gênero no subcampo científico da comunicação: o teto de vidro no quintal. **Matrizes**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 141–163, 2023. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v17i1p141-163.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; WOTTRICH, Laura; HAAG, Antônia; BRUM, Nathália da Silva. Publicar ou perecer: impacto da pandemia na produção científica das mulheres no campo da Comunicação. *Culturas Midiáticas*, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 18–39, 2023.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; OSORIO, Camila Scarrone; SOUZA E SILVA, Carolina Alegretti de. **Quais são as portas da diversidade e inclusão? Uma análise das políticas de ações afirmativas de gênero nos PPG em Comunicação do Brasil**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 34., 2025, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2025. p. 1-24.

PEREIRA, Maria do Mar. Ativismo na “academia sem paredes”: (im)possibilidades de intervenção política em tempos de performatividade e precariedade. **LES Online**, v. 3, n. 1, p. 3–13, 2011.

PINZON, Juanita Hincapié et al. Barreiras à Carreira e Saúde Mental de Estudantes de Pós-graduação. **Rev. bras. orientac. prof.**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 189-201, dez. 2020.

PRADO, José Luiz Aidar; FRANÇA, Vera Veiga. Publicar ou perecer: notas sobre o produtivismo acadêmico. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 37–53, 2013.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2008.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, v. 10, p. 309-344, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474/2350>. Acesso em: 20 jan. 2026.

WOTTRICH, Laura; OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. Desdobráveis: o olhar das pesquisadoras sobre as dinâmicas desiguais de gênero no subcampo científico da Comunicação no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, v. 70, p. e247008, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8677476>. Acesso em: 21 fev. 2026.



35º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS 2026

Saberes ancestrais e novos horizontes da pesquisa em comunicação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | Natal/RN
9 a 13 de Junho de 2026

compós

XAVIER, Giovana. Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão. **Saúde em Debate**, v. 45, spe1, p. 51-59, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021e104>. Acesso em: 23 fev. 2026.